



PEJOTIZAÇÃO NO REGIME TRABALHISTA: ANÁLISE DAS ATUAIS DISCUSSÕES SOBRE A PEJOTIZAÇÃO E SUA POSSÍVEL REGULAMENTAÇÃO PELO STF

Alan Oliveira Araújo, Raimundo Ivan Araújo De Sousa Júnior

Resumo: No dia 14 de abril de 2025, o ministro Gilmar Mendes determinou a suspensão nacional de todos os processos que tratam da licitude da contratação de trabalhador autônomo ou pessoa jurídica para a prestação de serviços, a chamada “pejotização”. Segundo Marcondes e Akiyama, a pejotização ocorre quando um trabalhador é induzido a criar uma pessoa jurídica para ser contratada como uma empresa prestadora de serviços, burlando a Consolidação das Leis Trabalhistas e trabalhando sobre o regime de leis voltados a pessoa jurídica. Essa modalidade de contratação atualmente é vista como irregular, pois exige dos trabalhadores a prestação de serviços de forma habitual, pessoal, subordinada e onerosa, porém através de uma pessoa jurídica, inviabilizando ao trabalhador acesso a direitos trabalhistas. As suspensões processuais foram motivadas devido ao atual cenário de incerteza jurídica quanto a legalidade de contratos firmados sob o pálio da “pejotização”. Mesmo com o congelamento dos processos trabalhistas, este cenário de incerteza jurídica prejudica a criação de novas vagas de emprego sob o temor destas se tornarem ou não irregulares após a decisão da Corte Máxima, liderando ao questionamento: Quais as principais consequências da decisão do STF sobre o tema? Com a decisão do STF podemos supor dois principais cenários: por um lado, com a legalização da pejotização veremos um retrocesso nas leis trabalhistas mas um possível avanço no direito negocial na contratação, por outro, com a proibição da pejotização, observaremos um enrijecimento no regime contratual em prol da manutenção dos direitos trabalhistas. O presente trabalho visa promover uma análise sobre o atual cenário trabalhista brasileiro, com ênfase no debate sobre a pejotização, analisando as possíveis repercussões do tema 1.389 do Supremo Tribunal Federal, fazendo uma análise crítica sobre os impactos da pejotização sobre os direitos trabalhistas. A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada na leitura e análise de notícias e artigos acadêmicos sobre o tema. A partir dessas fontes, surge um cenário de incertezas, em que, caso aprovada a pejotização, poderá enfraquecer a proteção aos trabalhadores, concluindo-se pela necessidade do Supremo Tribunal Federal regular o tema 1.389, mas com o olhar protecionista que o Direito do Trabalho brasileiro historicamente instaurou.

X SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA
XXVIII SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA
10 a 14 de NOVEMBRO de 2025

Tema: "UNIVERSIDADE E SOCIEDADE NA AGENDA 2030"



Palavras-chave: Pejotização. Tema 1389 do STF. CLT. Regulamentação. Direito Trabalhista.

Agradecimentos: Ao professor Raimundo Ivan pela sugestão de tema e norteamento durante as pesquisas acadêmicas.